

# ALGUMAS NOTAS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE A *LÓGICA*, DE HEGEL, E *O CAPITAL*, DE MARX – DIALÉTICA E PERCEPÇÃO<sup>1</sup>

Jesus Ranieri<sup>2</sup>

## Resumo:

O presente texto intenta associar algumas categorias do sistema de Hegel com desenvolvimentos da Crítica da Economia Política, de Marx. O principal elemento de análise diz respeito ao método, ou seja, a forma como o objeto, uma vez absorvido e investigado, se reparte em articulações inerentes ao seu próprio conteúdo, de maneira que o pensamento as compreende como partes constitutivas de um todo, determinações conceituais que se organizam num discurso metódico.

**Palavras-Chave:** Hegel. Marx. Dialética. Capital. Trabalho.

## SOME NOTES ON THE RELATION BETWEEN HEGEL'S *LOGIC* AND MARX'S *CAPITAL* – DIALECTIC AND PERCEPTION

## Abstract:

The present text tries to associate some categories of the Hegelian system with developments of the Critique of the Political Economy, by Marx. The main element of analysis concerns the method, that is, how the object, once absorbed and investigated, is divided into joints inherent in its own content, so that thought may understand them as parts of a whole, as conceptual determinations organized in a methodical discourse.

**Key Words:** Hegel. Marx. Dialectics. Capital. Work.

Gostaríamos de iniciar esta exposição lembrando um texto que Engels escreveu sobre a fundação do cristianismo e, nele, a menção a Bruno Bauer. Diz Engels:

Em Berlim, em 13 de abril [de 1882], morreu um homem que atuou como filósofo e teólogo, mas, durante anos, dificilmente se ouvia falar dele, somente atraindo a atenção pública eventualmente como um 'literato excêntrico'. Teólogos oficiais, inclusive Renan,

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é uma compilação bastante simples de ideias desenvolvidas em outros textos redigidos por nós, especialmente Ranieri, Jesus. **A câmara escura.** Alienação e estranhamento em Marx (São Paulo: Boitempo, 2011) e Ranieri, Jesus. **Trabalho e dialética.** Hegel, Marx e a teoria social do devir (São Paulo: Boitempo, 2016) e representa parte significativa da exposição feita em 27/11/2015 no I Encontro Nacional dos GT's Marx da Anpof: 'Marx e a tradição filosófica', realizado na Universidade Federal do Ceará. Na ocasião, o texto intitulou-se 'Algumas notas acerca da relação entre a *Lógica*, de Hegel, e *O capital*, de Marx.

<sup>2</sup> Professor titular do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). E-mail: jranieri@uol.com.br.

corresponderam-se com ele e, mesmo assim, mantiveram sobre ele um silêncio de morte. E ele valia mais do que todos eles e fez mais que todos eles em uma questão que também interessa a nós, Socialistas: a pergunta pela origem histórica do Cristianismo. Por ocasião da sua morte, vamos fazer um breve relato da situação atual da questão, e da contribuição de Bauer para a sua solução.

A visão que dominou os livres-pensadores da Idade Média incluindo os Iluministas do século XVIII, de que todas as religiões eram obra de enganadores, e, portanto, o Cristianismo também, não era mais suficiente depois que Hegel fixou para a filosofia a tarefa de mostrar a evolução racional na história mundial. É claro que se espontaneamente surgem religiões – como a adoração de feitiços dos Negros ou a religião comunal dos arianos primitivos — sem qualquer engodo inicial, entretanto, o engano, através [da atividade] dos sacerdotes, logo se torna inevitável no seu desenvolvimento subsequente. Apesar de toda fé sincera, religiões artificiais não podem permanecer, desde a sua fundação, sem engano e falsificação histórica. O Cristianismo, também, pode se gabar de grandes realizações a este respeito desde o início, como Bauer mostrou em sua crítica do Novo Testamento. Mas isto somente confirma um fenômeno geral e não explica o caso particular em questão.

A religião que subjugou o Império Romano e dominou sem dúvida a maior parte da humanidade civilizada por 1.800 anos, não pode ser explicada apenas declarando ser ela uma tolice resultante de fraudes. Não se pode elucidar esta questão e ter sucesso na explicação da sua origem e do seu desenvolvimento sem partir das condições históricas sob as quais surgiu e alcançou o domínio da situação. Isto se aplica ao Cristianismo. A questão a ser solucionada, então, é: como aconteceu que as massas populares no Império Romano preferiram esta tolice — que era aceita, normalmente, pelos escravos e oprimidos — a todas as outras religiões, e, finalmente por que o ambicioso Constantino viu na adoção desta religião tola o melhor meio de elevar a si mesmo ao posto de autocrata do mundo romano.

Bruno Bauer contribuiu mais para a solução desta questão que qualquer outra pessoa. Não importa quanto os teólogos meio-crentes do período da reação tenham lutado contra ele desde 1849, ele irrefutavelmente demonstrou a ordem cronológica dos Evangelhos e sua interdependência mútua, demonstrada por Wilke do ponto de vista puramente linguístico, pelo próprio conteúdo dos Evangelhos. Ele expôs a carência completa de espírito científico da vaga teoria do mito de Strauss, de acordo com a qual se pode considerar como histórico tudo quanto se gosta nas narrações do Evangelho. E, se quase nada do conteúdo inteiro dos Evangelhos é historicamente provável — de forma que até a existência histórica de Jesus Cristo pode ser questionada — Bauer tem, assim, iluminado os fundamentos para a solução da pergunta: qual é a origem das idéias e pensamentos que

foram tecidos como uma espécie de sistema no Cristianismo, e como veio ele a dominar o mundo?

Bauer estudou esta pergunta até a sua morte”<sup>3</sup>.

O relato acima tem por objetivo lembrar que, apesar da crítica bastante ácida desferida contra Bruno Bauer por Karl Marx, é preciso que nós, estudiosos do materialismo, não deixemos nunca de esquecer que os autores têm, sempre, de ser lidos na sua letra original, uma vez que sua contribuição ficará pouco visível se pararmos na crítica tecida por terceiros. E para a questão em pauta, esta sobre “Hegel e Marx”, podemos dizer, sim, que Marx tem razão ao atacar Bauer, mas só saberemos disso lendo o próprio Bruno Bauer. E sobre essa contenda que não atinge somente os neo-hegelianos, mas a concepção de ciência em geral, é importante que comecemos olhando para os *Manuscritos de Paris*, uma vez que é ali que se desenha a teoria da gênese do ser em confronto direto com o idealismo dos jovens discípulos de Hegel.

Antes, porém, é necessário não esquecer a herança hegeliana do próprio Marx e afirmar, desde agora, que esta é uma herança presente também nos escritos de maturidade, especialmente em *O capital*. Em outras palavras, é preciso apresentar o idealismo de Hegel como uma forma fundadora, no plano epistêmico, daquilo que apareceria depois como a espinha dorsal de uma crítica da economia política desenvolvida por Karl Marx, ou ainda: encarar Hegel como o precursor do materialismo de Marx. A afirmação gira em torno da concepção de que, mais do que uma Filosofia em sentido profissional, o que caracteriza a perspectiva hegeliana (e também, depois, a contribuição de Marx) é a formulação de uma substantiva teoria social ancorada na aglutinação entre economia e dialética como fundamento tanto da história quanto da atividade humana, ou seja, economia e dialética como elementos que sustentam uma lógica expositiva destas história e atividade humanas na forma de apresentação de um método científico. Esta apresentação que estou fazendo leva em conta, então, primordialmente a exposição da esfera epistemológica da teoria hegeliana, já que a

<sup>3</sup> ENGELS, Friedrich. Bruno Bauer e o início do cristianismo. *Sozialdemokratik*, 4-11 de maio, 1882. Tradução de Wellington de Lucena Moura a partir de Marx & Engels, *On Religion*, Progress Publisher, 1966. Extraído de [www.marxists.org/archive/marx/works/1882/05/bauer.htm](http://www.marxists.org/archive/marx/works/1882/05/bauer.htm). A citação foi intencionalmente interrompida neste ponto, a fim de que pudéssemos indicar que a leitura do texto completo (de fácil alcance no site indicado) de Engels é obrigatória para quem se dedica ao estudo do marxismo, pois ali é feita de maneira competente e instigante uma interpretação do cristianismo a partir das bases econômicas e sociais da Roma Antiga. A cuidadosa análise conecta base social e necessidade ideológica, num texto simples e decisivo para a compreensão daquelas que são as premissas do materialismo de Marx e Engels.

investigação do lugar das categorias e conceitos referidos ao método tem momentânea prioridade sobre as categorias e conceitos da crítica da economia política, justamente porque o desvendamento desta última depende fundamentalmente da apreensão daquelas primeiras. O fundamento ontológico da perspectiva hegeliana está presente na noção de que nas categorias da Lógica há um movimento que as unifica, uma vez que a função desta lógica é a de corresponder à realidade para depois fazer desta última seu objeto e articulá-lo segundo suas potencialidades internas, libertadas da contingência – a trajetória da lógica é a mesma da autoconstituição humana, uma vez que o princípio de análise da dinâmica das conexões causais mostra que o caminho potencial da filosofia é o de conceber a ciência como unidade entre consciência e materialidade, fazendo com que tanto uma quanto outra se tornem (em virtude de seu entrelaçamento) tanto objeto como agentes do proceder do conjunto do ser social. Conteúdo teórico e conteúdo prático se equivalem, portanto, uma vez que as contradições percebidas consistem na forma mesma de atuação humana no mundo, consideradas as iniciativas e os resultados de decisões que nem sempre correspondem à intencionalidade inicial que as geraram, na gênese do ser que cria e compreende esse mundo de um ponto de vista conceitual, onde as referidas contradições estão presentes no processo de constituição do real, mas não na própria concepção do referido processo.

Deste modo, a especificidade da exegese levada a efeito por Hegel exige das outras concepções teóricas a prospecção de seu próprio conteúdo, pois as obriga a demonstrar que o abandono à vida do objeto esteja compatível com os instrumentos teóricos usados pelas propostas analíticas oriundas de seus princípios gnosiológicos de avaliação. De maneira sintética, a hipótese que defendemos é que a filosofia hegeliana deve ser tomada como uma ampla teoria social a partir da qual são assentadas as bases para a gênese de uma doutrina materialista que encontra no trabalho (na atividade humana) o conjunto das pressuposições de desenvolvimento dos aspectos abstrato e concreto de toda constituição do ser. E isso porque encontramos nessa teoria a pressuposição de que, mais importante do que este ser, é o processo que sobre ele atua, transformando-o de acordo com sua caracterização interna. Tudo o que é essencial, enquanto identidade e necessidade, mostra-se como produto do próprio ser social e não do pensamento, uma vez que é função deste último captar, através das chamadas determinações-da-reflexão, o caminho real que vai do ser à essência, caminho que se configura a um só tempo como objetivo e independente. O conhecimento é um atuar

coletivo que aproxima o conteúdo da ciência daquele da cultura humana presente enquanto história do mundo. E nossa intenção é, enfim, uma tentativa de dar um passo na compreensão de uma teoria da reflexão no sistema de Marx, sistema herdado dessa contribuição teórica de Hegel.

E a arquitetura do sistema de Marx tem por característica a investigação abstrata da concentração dos elementos determinantes do objeto porque a trajetória seguida por ele, Marx, está identificada pelo diálogo e pela interpretação, inicialmente, tanto do materialismo de Feuerbach como do já referido idealismo de Hegel, e é especialmente dela (desta trajetória) que devemos nos ocupar para empreender um estudo dos caminhos dessas influências no percurso que culmina em importantes obras posteriores, notadamente aquelas tidas como de efetiva crítica da economia política (os *Grundrisse* e *O capital*, por exemplo), cujo processo de elaboração não deixou de ser, ao nosso ver, um desenvolvimento sistemático de problemas enfrentados já nas reflexões de juventude, especialmente nos idos de 1844, quando da redação dos *Manuscritos de Paris*, obra seminal que representa, certamente, o início da teoria social de Marx do ponto de vista da originalidade de uma interpretação do mundo a partir da composição materialista deste último. Além disso, é nesse momento, a partir dos primeiros anos da década de 40 do século XIX, que se intensificam as leituras de Marx sobre economia política e que esta se apresenta como o elemento a partir do qual suas reflexões irão se desenvolver.

Ao mesmo tempo, este conjunto teórico que se forma como interação e objeto das reflexões de Marx não é um simples comentário crítico às teorias hegeliana e dos economistas clássicos fundado na crítica feuerbachiana de Hegel – é pela interseção do entendimento marxiano do papel da atividade humana na história que a proximidade com Hegel é mesmo maior do que com Feuerbach, inclusive naquilo que toca ao conteúdo da problemática que envolve, por exemplo, as categorias alienação e estranhamento, posto que estas não se desenvolvem teoricamente se não estiver, ao mesmo tempo, desenvolvida uma compreensão sistemática a respeito da história e da atividade humana, elementos hipostasiados no sistema feuerbachiano. Mais do que isso, a interpretação crítica dessas teorias é um meio para o desenvolvimento das próprias idéias de Marx sobre uma plurivocidade de problemas intimamente relacionados entre si. O que significa, em última instância, que é pelo desenvolvimento da categoria trabalho, e no entendimento de que sob o capitalismo este último se apresenta como

trabalho estranhado (*entfremdete Arbeit*) – ao invés de *trabalho alienado, exteriorizado* –, que a percepção de Marx universaliza-se como um sistema de caráter aberto que permite entender a gênese do pensamento e da atividade humana a partir da interação que estes mantêm com a natureza, e de como esta interação sintetiza-se tanto na sociabilidade do natural como na progressiva autonomia da consciência em face desta determinação.

Partindo da pressuposição de que o trabalho é a base sobre a qual sedimenta o próprio universo da realização da atividade humana, deduz-se que o objeto que é produto desta atividade é extensão objetiva de uma existência subjetiva, ou seja, é externalização (*Äusserung*) da capacidade humana para a consecução dessa mesma atividade. Como resultado da atividade vital – o trabalho –, o produto é aquela forma por meio da qual a apropriação natural é apropriação humana, objetivação da atividade do sujeito: o objeto do trabalho como objetivação do próprio gênero. Ao mesmo tempo em que aparece como relação histórica entre homem e natureza, o trabalho acaba por determinar também o conjunto da vida humana, ou seja, como *mediador* ele satisfaz necessidades tornando o gênero humano, na sua apropriação da natureza, cada vez mais um gênero *para-si* mesmo.

E este processo é, em Hegel – assim como também em larga medida reproduzido em Marx –, a obtenção omnilateral do que podemos chamar, do ponto de vista de nossa capacidade de abstrair, como sendo a capacidade para *conceituar*. E o conceito é um termo que, do ponto de vista da relação entre ciência e representação, pode aparecer como sendo o resultado das chamadas *determinações-da-reflexão*<sup>4</sup>. Na verdade, se tratam de reflexões que têm a capacidade de gerar determinações e não de determinações que são simplesmente refletidas. Em outras palavras, a opção de Hegel está posta numa distinção bastante sutil, que é a de separar *diversidade* de *oposição*. A primeira toma o objeto como algo em si mesmo e, nesta observação, procura alcançar-lhe a *identidade*. Na *Enciclopédia das ciências filosóficas*, temos, por exemplo:

<sup>4</sup> Ver, a respeito, especialmente HEGEL, G.W.F. *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften 1830*. Primeira parte (livro I): *Die Wissenschaft der Logik mit den mündlichen Zusätzen*. A seção de interesse é a segunda, ‘A doutrina da essência’ e todo o item ‘A’ (A essência como fundamento da existência) é de grande importância para entendermos melhor a compreensão que o próprio Marx tinha do processo cognitivo. É bom que se registre que Marx dedicou, no conjunto da obra, pouquíssimas linhas ao tema – e talvez não seja gratuito que não somente a terminologia, mas em linhas gerais a própria compreensão hegeliana do fenômeno e relação entre razão e entendimento tenha permanecido como fundamento da teoria de Marx.

Quando o entendimento se aplica à consideração da identidade, de fato já está para além dela; o que tem diante de si é a diferença na figura da simples diversidade. É que, se dizemos conforme a suposta lei-do-pensar da identidade: ‘o mar é o mar, o ar é o ar, a lua é a lua’ etc., esses objetos para nós contam como mutuamente indiferentes, e assim não é a identidade, mas a diferença, que temos diante de nós. Porém não ficamos nisso – em considerar as coisas simplesmente como diversas – mas as *comparamos* entre elas, e desse modo obtemos as determinações da *igualdade* e da *desigualdade*<sup>5</sup>.

Portanto, da simples comparação entre objetos nasce o aporte da reflexão que gera aquilo que caracteriza as singularidades. Neste sentido, “o idêntico como tal é, antes de tudo, o carente-de-determinação”<sup>6</sup>, ou, a fim de que entendamos melhor, o carente-de-condicionamento, mas para que a singularidade exista como componente objetivo de um ente é preciso que a oposição se apresente de forma que o “diferente em geral não tenha frente a si somente *um* Outro, mas o *seu* Outro”<sup>7</sup>.

Da abstração humana nasce a capacidade de identificar algo que pertence à mesma espécie ou mesmo gênero do objeto, considerando a referida singularidade do objeto em questão. Esta é a determinação-da-reflexão: a percepção de que um ente é distinto de outro, ainda que pertençam, ambos, ao mesmo gênero e, além disso, a certeza de que cada ente é objeto nosso, pois se confronta com a nossa consciência. Portanto, se a consciência toma o objeto como sendo *o* diferente, ela o faz por saber-se a si mesma como aquilo que está nele posto como sendo o ser diferente dela (ela sabe a si mesma e, por saber-se, sabe tanto a si na sua diferença quanto ao objeto que é diferente dela), ou seja, é porque ela faz de si mesma objeto que a conceituação se desdobra em significado. Nesse sentido, *conceituar* é uma operação exclusivamente humana, pelo menos até onde sabemos. E isso só foi possível com o advento do trabalho porque, na relação estabelecida entre ser humano e natureza, a diferença entre aquilo que tem *validade* para a vida e aquilo que *não o tem* funda a distinção no interior dos dois elementos (homem e natureza) para o resto da história da própria humanidade, uma vez que o *valor* é aquilo assentado por nós, mas que não existia antes, de forma alguma, na própria natureza.

<sup>5</sup> HEGEL, G.W.F. *A ciência da lógica*. In: *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830), São Paulo: Loyola, I, 2005, p. 231.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 235.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 236.

É por isso que a categoria negação é tão importante na determinação da especificidade de qualquer ente – em outras palavras, o sentido da afirmativa hegeliana que sugere que toda determinação é sempre negação teve fundamental importância para que o materialismo de Marx compreendesse o lugar da relação entre determinação e negação como aspecto central no desenvolvimento da gênese do trabalho. O referido princípio é inovador (e extremamente importante no caso em pauta) porque considera que a própria negação já garante que o elemento negado seja algo determinado, uma vez que o ato de negá-lo assim o define. Em outras palavras, algo se define precisamente pelo que ele *não é* e este *não ser* algo corresponde à especificidade do conteúdo daquilo que *é*. Ao invés de tomar o conteúdo da negação como um jogo de soma zero, Hegel remete ao controle qualitativo o conteúdo dos elementos constituintes do ser. Se algo é, por exemplo, *vermelho* ele o é por ser diferente do verde, do amarelo, do azul. Mas, mais do que isso, ele se define não pela sua pura diferença do verde, do amarelo, do azul, o que o faria ser qualquer coisa, mas se define por ser não-azul, não-verde, não-amarelo, que são cores que limitam o vermelho e nos faz saber o que o vermelho é – da mesma forma que este último limita todos aqueles outros matizes. Em primeiro lugar, quando uma coisa nega a outra nesse sentido, o que temos é uma determinação em geral (e não uma só coisa determinada) que tem como conteúdo coisas identificadas a partir de seus elementos particulares e que se diferenciam do restante do universo em função destas suas características. Em segundo lugar, o que temos é a bipartição entre uma coisa e a outra negadora desta primeira, mas as duas *positivas* porque, aqui, ninguém está ainda levando em consideração a sua racionalidade interna, mas somente considerando que elas existem; e, em terceiro lugar, uma coisa se afirma porque nega a outra e, ao negá-la, vem afirmar sua natureza intrínseca, deixando notar que ela não se restringe a um outro indeterminado que é delimitado pelo oponente.

217

Um exemplo interessante desta premissa está presente no primeiro capítulo de *O capital*, quando Marx aplica o princípio da identidade e da não-identidade à relação entre as formas relativa e equivalente das mercadorias. A relação geral do trabalho com o capital se reflete na manutenção universal do trabalho abstrato enquanto garantia da troca de equivalentes, e esta abstração se coloca não do ponto de vista do trabalho que qualifica as mercadorias segundo as suas propriedades ou o princípio de sua utilidade (não se trata da simples troca a partir da produção de excedente oriundo de trabalho concreto, pressuposto que garante a vigência do valor de troca como tempo de trabalho

socialmente necessário em sociedades distintas da capitalista), mas sim do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do *valor*, princípio motor da manutenção do sistema enquanto produtor universal de excedente – a insistente demonstração de que as trocas são efetuadas entre *grandezas de valor* mostra que a referida equivalência não está restrita a duas mercadorias que são permutadas imediatamente uma pela outra, mas que a troca representa, na verdade, a presença da totalidade das mercadorias potencialmente permutáveis a partir do tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, o solo a partir do qual a troca se torna universal. Por isso: que o dinheiro pode ser reconhecido como equivalente geral. E por isso: é que toda nova mercadoria pode entrar na circulação em que momento for.

A distinção é aparentemente pequena, mas o é por ser conceitual, *constitutiva*, e ela faz com que Marx diferencie, a partir das qualidades internas no novo modo de produção, as suas propriedades com relação a todos os sistemas socioeconômicos que vieram antes. Aliás, exercício interessante é acompanhar os escritos econômicos marxianos anteriores a *O capital* e notar quais as distinções estabelecidas, no desenvolvimento tanto dos estudos de economia política quanto da redação dos textos que antecederam imediatamente *O capital*, o lugar reservado para as categorias *valor de troca* e *valor*. Em suma, o que prevalece na dialética de Marx, assim como na de Hegel, é o conceito de ‘exposição’ (*Darstellung*), ou seja, “a explicitação racional imanente do próprio objeto e a exigência de só nela incluir aquilo que foi adequadamente compreendido”<sup>8</sup>. Ou ainda: ‘método de exposição’ significa apresentar a maneira “como o objeto, suficientemente apreendido e analisado, se desdobra em suas articulações próprias e como o pensamento as desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico”<sup>9</sup>.

É por isso que, na crítica dirigida por Marx à filosofia, assim como à economia, a noção que prevalece e se desenvolve como núcleo a partir do qual esses comentários e críticas são realizados é aquela vinculada ao conceito de trabalho. E o trabalho, no interior desse sistema, afirma-se como *categoria* – um elemento conceitual a partir do qual vem se estabelecer a ordem de uma ciência. Quer dizer, o sistema de Marx não poderia ter sustentação se a categoria trabalho não fizesse parte dele. Portanto, já aqui se

<sup>8</sup> Cf. MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em “O capital”. Extraído de [www.orientacaomarxista.blogspot.it/2010/10/exposicao-e-metodo-dialetico-em-o.html](http://www.orientacaomarxista.blogspot.it/2010/10/exposicao-e-metodo-dialetico-em-o.html).

<sup>9</sup> Ibidem.

pode entrever a ciência marxiana como a tentativa dialética de exercício do pensamento que busca desvendar a relação entre categorias que exprimem a realidade a partir de sua articulação imanente, exercício que será amplamente desenvolvido na “Introdução” de 1857 aos *Grundrisse*, ou seja, exercício que aparecerá como exposição ou apresentação (*Darstellung*) do método – nesse caso, é importante lembrar da herança hegeliana presente nesse texto: *Linhas fundamentais da filosofia do direito* e *A ciência da lógica*, primeiro livro da *Enciclopédia das ciências filosóficas*.

E é também impossível compreender essa relação de produção do objeto por meio do trabalho sem recorrer ao princípio metodológico que toma a totalidade como o elemento articulador do conhecer. Aqui, novamente o exemplo está ancorado na chamada ciência hegeliana: a sociedade é o próprio movimento do objeto. O todo só se expõe enquanto natureza universal das singularidades, e cada ente existente é algo determinado de forma concreta, algo particularizado. Ao mesmo tempo, porém, ser totalidade – o gênero enquanto o universal – pertence a cada singularidade determinada e constitui sua essencialidade determinada. Se tirássemos do homem a sua qualidade “humana” não poderíamos dizer o que ele é, e ele é o produtor de um processo histórico do qual ele mesmo é resultado – ele é sua própria essência. O que é produto do trabalho se caracteriza, sempre, por uma precisa natureza *permanente* interior, e uma existência exterior que lhe dá vida e forma. Nesse sentido, o homem é um ser universal, mas ele só é universal na medida em que, por meio do trabalho, o universal *é* para ele.

Para Marx, a economia humana se traduz, enfim, numa teoria das objetivações dos produtos do trabalho, das objetivações de si mesmo e objetificações (a esfera subjetiva de objetivação das personalidades) dos sujeitos humanos na história. A preocupação temática presente na teoria proposta por Marx obedece, portanto, a esse interesse em expor, por meio tanto da crítica da economia política (via filosofia) como da relação entre homem e gênero humano, a conexão entre trabalho, produção e reprodução da vida, ciência e liberdade. Por isso, a estruturação de seu sistema segue uma unidade orgânica, a partir da qual Marx procura expor os nódulos internos das condições determinantes das relações materiais estabelecidas entre os homens; esses mesmos temas são tratados segundo a perspectiva de que representam uma única totalidade cuja compreensão da hierarquia das determinações é o fundamento para a apreensão científica do real como uma efetividade – *Wirklichkeit*, no dizer do próprio Marx.

## REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. Bruno Bauer e o início do cristianismo. **Sozialdemokratik**, 4-11 de maio, 1882. Tradução de Wellington de Lucena Moura a partir de Marx & Engels, *On Religion*, Progress Publisher, 1966. Extraído de [www.marxists.org/archive/marx/works/1882/05/bauer.htm](http://www.marxists.org/archive/marx/works/1882/05/bauer.htm).

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse (1830)** (mit den mündlichen Zusätzen). Frankfurt: Suhrkamp, 1986.

\_\_\_\_\_. A ciência da lógica. In: **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830)**, São Paulo: Loyola, I, 2005.

MARX, Karl. **Das Kapital**. Kritik der politischen Ökonomie. Berlim: Dietz, 1989-2001, MEGA II/5.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie**. Berlim: Dietz, 1976, MEGA II/2.

MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em “O capital”. Extraído de [www.orientacaomarxista.blogspot.it/2010/10/exposicao-e-metodo-dialetico-em-o.html](http://www.orientacaomarxista.blogspot.it/2010/10/exposicao-e-metodo-dialetico-em-o.html).